



## PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA DO ESTADO PERNAMBUCO E O COMPROMISSO NACIONAL: COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS MUNICÍPIOS

Edson de Souza Lima <sup>1</sup>

Juliana Maria Rosilda de Oliveira Teodosio <sup>2</sup>

Alexandre Negreiros Marcolino <sup>3</sup>

Janaina Carla Dornelas da Rocha <sup>4</sup>

Leila Regina Siqueira de Oliveira <sup>5</sup>

### RESUMO

O Programa Criança Alfabetizada, PCA, do Estado de Pernambuco, constitui-se com o objetivo de estimular o regime de colaboração entre os poderes executivos estadual e municipais, a fim de garantir a alfabetização de crianças até sete anos de idade, ou seja, até o segundo ano do ensino fundamental. Este trabalho tem como objetivo analisar a parceria de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal de educação, a partir do compromisso nacional criança alfabetizada, uma estratégia da União para investimento em formação de professores e direito à alfabetização de todas as crianças, além de recompor as aprendizagens nos 3º aos 5º anos do ensino fundamental. Assim, considerando a legislação, os atos normativos, o acompanhamento pedagógico, os resultados de avaliações e os materiais produzidos e relacionados ao PCA, o referencial teórico-metodológico usado nesse artigo contempla a análise documental e pesquisa bibliográfica, com foco em autoras/es nacionais e estaduais na área da alfabetização e política de educação. Dessa forma, os conceitos de alfabetização, os parâmetros definidos na colaboração e articulação nas esferas nacionais, estaduais e municipais apresentam uma série de congruências com o intuito de alcançar estratégias multimodais para atendimento às crianças, desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. Nesse sentido, as formações de professoras/es, a produção de material pedagógico complementar, a premiação de escolas e a troca de experiências municipais e estadual das salas de aula na alfabetização promovem mecanismos didáticos para fortalecimento das aprendizagens dos estudantes. Por fim, compreende-se que a importância e o investimento financeiro e de recursos humanos no Programa Criança Alfabetizada, alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e realização nos municípios pernambucanos têm evidenciado um crescimento nos resultados do ensino fundamental dos anos iniciais.

**Palavras-chave:** Programa Criança Alfabetizada, Compromisso Nacional, Alfabetização, Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Curso de Psicologia da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, [edson.slima@adm.educacao.pe.gov.br](mailto:edson.slima@adm.educacao.pe.gov.br) ;

<sup>2</sup> Mestre pelo Curso de Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [juliana.mroliveira@adm.educacao.pe.gov.br](mailto:juliana.mroliveira@adm.educacao.pe.gov.br) ;

<sup>3</sup> Especialista pelo Curso de Avaliação Educacional da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [alexandre.nmarcolino@adm.educacao.pe.gov.br](mailto:alexandre.nmarcolino@adm.educacao.pe.gov.br) ;

<sup>4</sup> Especialista pelo Curso de Supervisão Escolar da Universidade Candido Mendes - UCAM, [janaina.cd Rocha@adm.educacao.pe.gov.br](mailto:janaina.cd Rocha@adm.educacao.pe.gov.br) ;

<sup>5</sup> Especialista pelo Curso de Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [leila.branco@hotmail.com](mailto:leila.branco@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O Programa Criança Alfabetizada, PCA, é uma iniciativa pública do Estado de Pernambuco, com o objetivo de colaboração entre as esferas estadual e municipal a fim de alfabetizar as crianças na idade certa, ou seja, até os sete anos de idade, equivalente ao 2º ano do ensino fundamental. Esse programa foi constituído através da Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019.

No mesmo sentido, o governo federal implementou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, CNCA, instituído através do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Este tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental, da mesma forma que o PCA de Pernambuco, porém também atinge a recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. O Compromisso estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, a colaboração entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios.

Além disso, é fundamentado na literatura que ressalta a importância da alfabetização precoce e da formação de educadores qualificados (FREIRE, 1996; SOARES, 2008). Com a adesão de todos os 184 municípios do estado, o PCA é estruturado em seis eixos estratégicos: Fortalecimento da Gestão, Material Complementar, Incentivo às Escolas, Avaliação dos Estudantes, Formação de Gestores e Professores, e Engajamento dos Municípios.

Dessa forma, alguns profissionais e a gestora deste programa atualmente se interessaram em investigar melhor essa colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, através dessa pesquisa. Assim, sistematizar as informações a fim de subsidiar estratégias mais equânimes na forma de articulação estratégica entre a secretaria estadual de educação e as secretarias municipais, representadas por aquelas que incidem cotidianamente nos processos de alfabetização das crianças no Ensino Fundamental.

Essas ações são respaldadas por estudos que indicam que a formação contínua de educadores e a valorização do trabalho pedagógico são determinantes para a melhoria dos resultados educacionais (Mizukami, 2011). Nesse sentido, o Programa Criança Alfabetizada e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada exprimem esforços governamentais, em



diversas perspectivas, para organizar intervenções pedagógicas mais eficazes na efetivação do processo primordial de alfabetização com qualidade, sobretudo no sentido de formação continuada de professores, baseada em princípios democráticos e participativos.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo fundamenta-se na metodologia baseada em análise documental e pesquisa bibliográfica, com foco em autoras/es nacionais e estaduais na área da alfabetização e política de educação, além de legislações relacionadas na temática, sobretudo nos últimos anos.

Assim, conforme alguns estudos apontam quanto a análise documental, vale ressaltar que “o documento é apresentado, como principal característica, mas sem se limitar ao material escrito, pois há o entendimento que documentos são toda e qualquer fonte sem tratamento analítico.” (JUNIOR et al, 2021, p. 41). Nesse sentido, o interesse na presente pesquisa investigou os termos de colaboração, a construção de instrumentos de acompanhamento pedagógico dos municípios no que diz respeito às habilidades no Currículo de Pernambuco, entre outros estabelecidos no processo do PCA, e focalizando a alfabetização.

Além disso, pode-se entender a necessidade de que as “fontes bibliográficas podem ser tomadas enquanto documentos quando tratadas a partir de sua monumentalidade, tendo como objetivo uma produção historiográfica.” (GRAZZIOTIN, 2022, p.19) Essa monumentalidade pode ser expressa quanto ao Programa Criança Alfabetizada, em Pernambuco, e também ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da União, visto que ainda é insipiente os estudos e análises nas colaborações entre o Estado e os municípios.

Dessa forma, a metodologia presente neste trabalho compartilhou duas estratégias amplamente utilizadas em artigos de educação para qualificar o entendimento dos métodos de investigação em questões necessárias ao aperfeiçoamento da alfabetização, de forma conjunta entre as esferas do Poder Executivo. Por isso, reitera-se a importância de analisar outras possibilidades e aprofundamento das discussões sobre a colaboração governamental.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na Constituição Federal de 1988, em seu art. 211 estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.”, o que indica a necessidade de formulações em políticas públicas de



educação para o efetivo alcance essa organização dos sistemas de ensino. Ao mesmo tempo, ainda na Carta Magna, reitera outros elementos, assim descritos nesse mesmo artigo e no parágrafo a seguir: “§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório”. Ora, a proposta conjunta de formação de professores, gestores escolares, materiais complementares e outros estão alinhados, no mínimo, na compreensão de qualidade do ensino obrigatório.

Apesar disso, alguns estudos apresentam uma forma inversa de apoio mútuo, conforme Weber(2008) diz ao se referir a divisão de atribuições dos entes federados que “Tais dispositivos têm sido analisados por estudiosos, nos últimos anos, como aspectos impulsionadores de competição entre os entes federativos, em detrimento do suposto regime de colaboração”(p.308), o que diverge da perspectiva constitucional, democrática e cidadã. Na mesma medida, quando ocorre divergência de perspectiva política, os entes federados tendem a ter mais dificuldade em implementar programas, projetos ou ações eficazes/eficientes/efetivos de fomento à educação pública, em especial a alfabetização de crianças na idade certa.

Assim, o fortalecimento da gestão é essencial para o sucesso de programas educacionais (SILVA, 2017), especialmente no que concerne à promoção de estratégias planejadas de incentivo financeiro, pessoal ou material. Quando a gestão democrática se traduz em qualidade técnica-científica das equipes e profissionais na coordenação, principalmente, no órgão gestor da política de educação, facilita-se o processo de colaboração nas mais variadas perspectivas, pois adere-se a uma visão analítica baseada nos princípios da administração pública, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além disso, a literatura aponta que o acesso a materiais didáticos adequados é crucial para a alfabetização (PEREIRA, 2015), uma vez que eles proporcionam recursos para diversificar as práticas pedagógicas. Conjuntamente, o uso de jogos “valem se articulados à ação docente planejada, intencional, na qual o(a) professor(a) escolhe o recurso que melhor se aplica ao conteúdo a ser aprendido e organiza as estratégias” (ARAUJO et al, 2020, p.6). Então, associar essas estratégias de materiais didáticos adequados e jogos tornam-se fundamentais no aprimoramento de estratégias para o fortalecimento da política pública de educação no âmbito da alfabetização.



Associado a isso, ressalta-se o papel da avaliação sistemática como um elemento-chave na gestão educacional, pois permite a identificação de lacunas no aprendizado e a elaboração de intervenções pedagógicas (LIMA, 2019). Dessa forma, os sistemas de avaliação apresentam-se como uma forma sistemática de avaliar as aprendizagens dos estudantes e proporcionar aos professores melhores formas de planejar e intervir com aqueles estudantes com maior dificuldade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com os seis eixos estratégicos do PCA (PERNAMBUCO, 2019), os resultados e discussões discorrem sobre as formas dos últimos anos na execução do Programa no Estado em colaboração com os municípios. Da mesma forma, a partir do apoio e organização institucional do governo federal, articula-se a execução do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em sua magnitude mais prevalente como potencializador do PCA em Pernambuco.

Assim, em relação ao eixo fortalecimento da gestão inclui a oferta de bolsas de incentivo para coordenadores do programa nas secretarias municipais, denominados articuladores municipais, além de bolsas para formadores municipais do Programa de Alfabetização, que abrange os 1º e 2º anos dos Anos Iniciais, dos componentes Língua Portuguesa e Matemática, e equivalente para outros formadores de 3º ao 5º anos, além de formadores do Programa de Educação Infantil, voltado para a creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). Este possui ainda um projeto chamado Leitura e Escrita na Educação Infantil, LEEI, tem proporcionado uma formação específica com a equipe da Universidade Federal de Pernambuco e o pagamento de bolsas a formadoras municipais que atuam na disseminação aos professores da educação infantil nos municípios, de forma sistemática, com roteiro envolvendo eixos como interações e brincadeiras. Destaca-se que o Estado de Pernambuco realiza o pagamento com recursos próprios de cinco e o Governo Federal de dois desses públicos acima relacionados.

As atribuições do coordenador municipal incluem a elaboração do plano de ação trimestral para o município em parceria com os formadores, além de atuar como ponte de comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Gerência Regional de Educação (GRE) e a equipe central da GGEIAI. O coordenador deve participar de todos os encontros do Programa Criança Alfabetizada (PCA) quando convocado, apoiar o programa



nas questões operacionais e elaborar relatórios mensais e anuais sobre as atividades realizadas. Outras atribuições incluem criar atividades que fortaleçam a relação família-escola, coordenar a análise dos resultados das avaliações externas e acompanhar a entrega do material complementar às escolas e crianças, garantindo o protocolo de entrega às equipes da GRE.

Quanto ao eixo material complementar, anualmente a Secretaria de Educação do Estado fornece um apoio pedagógico eficaz com produções práticas de atividades de alfabetização e letramento, construída em parceria com universidades públicas. Esse material complementar tem um exemplar para todos os estudantes dos 1º e 2º anos, assim como material de apoio pedagógico destinado a todos os professores desses anos e da educação infantil, ou seja, cinco materiais didáticos.

Ao mesmo tempo, para estimular o desempenho das escolas, o programa destina R\$ 6 milhões anuais em prêmios e apoio às escolas municipais. Desse valor, através de avaliações externas e um cálculo definido em Decreto Estadual, são premiadas as 50 escolas com os melhores resultados, recebendo R\$ 80 mil cada, enquanto as 50 escolas com os menores resultados contarão com um apoio de R\$ 40 mil por escola. Nessa lógica, além dos valores, as escolas atuam na perspectiva de trocas de experiências, por meio de um pareamento realizado pela equipe técnica da Secretaria Estadual, deve haver encontros entre as escolas para permuta de estratégias de alfabetização das crianças.

Concomitantemente, a avaliação dos estudantes acontece através de uma avaliação censitária de fluência, presencialmente com os alunos do 2º ano, e pelo Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco, SAEPE, para estudantes do 2º e 5º anos do Ensino Fundamental com questões individuais dos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Em 2022, também houve uma avaliação censitária de fluência, aplicada presencialmente aos estudantes do 3º ano. Os resultados dessas avaliações são articuladas pelos municípios e Estado, por meio das Gerências Regionais de Educação e equipe da Gerência Geral de Educação Infantil e Anos Iniciais, GGEIAI, contempla-se análises educacionais para compreender os pontos mais importantes de avanço e desafio.

Em relação às formações continuadas, no eixo Formação de Professores, os formadores municipais participam de encontros realizados pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, para os Anos



Iniciais do Ensino Fundamental. Ao mesmo tempo, uma parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, para encontros formativos sobre a Educação Infantil, mais especificamente ao público de 0 a 3 anos.

A partir disso, o coordenador colabora na construção das formações do PCA, planeja e acompanha as atividades com professores, e realiza a formação com coordenadores pedagógicos e gestores escolares. No acompanhamento das práticas pedagógicas, deve manter a comunicação entre formadores, coordenadores pedagógicos e professores, analisar os dados de aprendizagem e participar das devolutivas dos resultados, colaborando na elaboração de planos de intervenção.

As responsabilidades dos formadores municipais envolvem auxiliar na elaboração do plano de ação trimestral, participar dos encontros do PCA, cumprir os prazos das atividades e realizar viagens técnicas relacionadas à sua função. Também são responsáveis pela elaboração de relatórios mensais e pela assistência na elaboração do relatório anual das ações do Programa Criança Alfabetizada. Também, os formadores devem realizar a formação de professores e coordenadores pedagógicos, ser assíduos e pontuais nos encontros, organizar e distribuir o material didático-pedagógico e consolidar os dados relativos às formações.

Além disso, os formadores municipais no acompanhamento pedagógico regular, devem observar a prática docente, mantendo a comunicação entre coordenador municipal do programa, coordenadores pedagógicos e professores das Escolas, orientando sobre o preenchimento dos instrumentos de acompanhamento pedagógico e participando das devolutivas dos resultados. Esses momentos colaboram na busca de efetivar as disseminações dos conteúdos das formações e analisar os avanços e retrocessos das estratégias municipais para conseguir alfabetizar as crianças até o 2º ano do ensino fundamental.

O fluxo das ações é organizado em várias etapas: reuniões de alinhamento bimestrais, planejamento trimestral do Programa Criança Alfabetizada, elaboração do plano de ação do município, e relatórios mensais, com prazo até o dia 5 do mês subsequente, condicionados ao pagamento da bolsa. A validação dos relatórios mensais é feita pelas equipes das GRE e GGEIAI, até o dia 7 do mês subsequente. Esses dados são sistematizados pela equipe da GGEIAI, a fim de entender os resultados educacionais.

Historicamente, em anos anteriores, ocorreram monitoramentos em cada regional realizados geralmente de forma presencial em frequência bimestral pela equipe da GGEIAI,



em colaboração com as equipes de cada gerência e os coordenadores e formadores municipais. Contudo, essa estratégia vem sendo transformada por reuniões virtuais ou presenciais, quando possível, para analisar os instrumentos de acompanhamento pedagógico e propor análises educacionais qualificadas sobre a alfabetização e a construção pelos estudantes das escolas públicas municipais e estaduais em relação a algumas habilidades no Currículo de Pernambuco.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração o que fora apresentado, o Programa Criança Alfabetizada do Estado de Pernambuco e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ambos contribuem sistematicamente para melhorar a qualidade do ensino na educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir da formação dos professores, os resultados obtidos no avanço para acima da média nacional de alfabetização, construída nos últimos anos pela colaboração entre Estado e Municípios.

Associado a isso, destaca-se a produção de materiais didáticos específicos com a realidade da cultura pernambucana, atividades práticas para a sala de aula e jogos pedagógicos voltados para alfabetização e letramento das crianças. Também, o empenho e dedicação das equipes municipais e estaduais no acompanhamento dos dados e informações pedagógicas pelos instrumentos, reuniões e visitas institucionais contribuem significativamente para definir as estratégias mais adequadas e apoiar possíveis dificuldades encontradas no “chão da Escola”. Assim como o incentivo da premiação das Escolas destaques, com mudanças impactadas em várias áreas escolares com foco na alfabetização tem sido determinantes para o crescimento nas avaliações externas e outros fatores relacionados.

Por fim, os objetivos alcançados com o Programa estadual e o Compromisso Nacional têm fomentado o investimento financeiro, a produção de materiais didáticos, a premiação de Escolas e bolsas de formadores municipais, em Pernambuco, têm evidenciado um crescimento nos resultados dos anos iniciais do ensino fundamental.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. C. DE; et al. Jogos como recursos didáticos na alfabetização: o que dizem e fazem as professoras. **Educação em Revista**, v. 36, p. e220532, 2020.
- BARBOSA, A. **Formação Continuada de Professores: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Educação, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M.. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20200141, 2022.
- HOXWORTH, L. Incentives in Education: A Review of the Evidence. **Journal of Educational Psychology**, 108(2), 159-171, 2016.
- JUNIOR, E.B.L.; OLIVEIRA, G.S.; SANTOS, A.C.O.; SCHNEKENBERG, G.F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51, 2021.
- LIMA, R. **Avaliação Educacional: Fundamentos e Práticas**. Brasília: Editora UnB, 2019.
- MIZUKAMI, M. G. N. Formação de Professores: O Que Está em Jogo?. **Educação e Pesquisa**, 37(1), 15-28, 2011.
- PEREIRA, J. Materiais Didáticos e Práticas Pedagógicas: O Caminho para a Alfabetização. **Revista Brasileira de Educação**, 20(60), 263-284, 2015.
- PERNAMBUCO. **Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019**. Institui o Programa Criança Alfabetizada. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2019.
- SILVA, T. **Gestão Educacional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2017.
- SOARES, M. **Alfabetização e Letramento: Teorias e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- WEBER, S. Relações entre esferas governamentais na educação e PDE: o que muda? **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 305-318, maio/ago, 2008.